



Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica

Podcast EJA na EPT: história e práticas do Proeja no IF Sudeste MG - Campus Juiz de Fora

Podcast EJA in EPT: History and Practices of Proeja at IF Sudeste MG – Juiz de Fora Campus

Recebido: 05/06/2025 | **Revisado:** 14/10/2025 | **Aceito:** 23/10/2025 | **Publicado:** 01/11/2025

Silvania Braga Leite

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6225-5744>
E-mail: silvania.leite@ifsudestemg.edu.br

Paula Reis de Miranda

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8066-7467>
E-mail: paula.reis@ifsudestemg.edu.br

Como citar: LEITE, S. B; MIRANDA, P. R. Podcast EJA na EPT: história e práticas do Proeja no IF Sudeste MG - Campus Juiz de Fora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 02, n. 25, p.1-21 e18671, out. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo analisa a trajetória do PROEJA no IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora e apresenta o produto educacional “Podcast EJA na EPT” como recurso de memória, formação, comunicação institucional e inclusão. Esse trabalho fundamenta-se na educação omnilateral e na integração entre EJA e Educação Profissional e Tecnológica, abordando acesso, permanência, práticas pedagógicas e equidade. A pesquisa utilizou levantamento documental, entrevistas semi-estruturadas e gravações de áudio e vídeo. Os resultados indicam entraves estruturais, agravados pela digitalização das seleções. O podcast “EJA na EPT” amplia a escuta, socializa experiências e fortalece redes inclusivas.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; EJA; Podcast; Produto; Educacional; Inclusão.

Abstract

This article examines the trajectory of PROEJA at IF Sudeste MG – Juiz de Fora Campus and presents the educational product “EJA in EPT Podcast” as a tool for memory, training, institutional communication, and inclusion. Grounded in omnilateral education and the integration of Youth and Adult Education (EJA) with Vocational and Technological Education, it addresses access, retention, pedagogical practices, and equity. Based on documentary research, semi-structured interviews, and audio-video recordings, the study reveals structural barriers intensified by digitalized selection processes. The “EJA in EPT” podcast enhances listening, disseminates experiences, and strengthens inclusive networks.

Keywords: Professional and Technological Education; Youth and Adult Education; Podcast; Educational Product; Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional integrada à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma importante iniciativa para reduzir as desigualdades educacionais no Brasil. Essa modalidade contempla sujeitos que tiveram o direito à escolaridade mínima cerceado na idade tida como “regular”. Essa proposta de educação possibilita a retomada da formação básica de forma articulada à qualificação profissional, promovendo o acesso a direitos sociais essenciais, como o trabalho digno e a educação ao longo da vida.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) desempenham um papel fundamental ao oferecer o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), que visa proporcionar formação integral a quem não teve acesso à escolarização regular. O PROEJA, instituído pelos Decretos nº 5.478/2005 e nº 5.840/2006, emerge como resposta às históricas desigualdades educacionais brasileiras (Brasil, 2005). Como observa Arroyo (2017), o programa visa atender à população trabalhadora que, por contingências socioeconômicas, culturais, raciais, de gênero, territoriais e institucionais teve seu percurso escolar interrompido, oferecendo-lhe uma nova oportunidade de formação integral.

Diante dessa realidade, este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e tecnológica que teve como questão norteadora analisar os desafios enfrentados no Curso Técnico em Secretariado na modalidade PROEJA do IF Sudeste MG - *Campus* Juiz de Fora, entre 2009 e 2024, considerando os fatores que impactam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes. A pesquisa teve como objetivo geral analisar os desafios estruturais e institucionais na consolidação do PROEJA como eixo de inclusão social no Curso Técnico em Secretariado do IF Sudeste MG – *Campus* Juiz de Fora, entre 2009 e 2024, com foco nos mecanismos de acesso, permanência e êxito dos estudantes. E, a partir dessa questão e desse objetivo, foi desenvolvido um produto Educacional como contribuição prática, em formato de podcast, intitulado Diálogos que Conectam Inclusão, Educação e Transformação Social, que surge como uma ferramenta inovadora para disseminar reflexões e recomendações, fortalecendo a conexão entre teoria, prática e sociedade.

A relevância do estudo e do produto manifesta-se em três dimensões interdependentes. Na dimensão social, alinha-se à concepção de educação libertadora de Freire (1987), que compreende a escola como um espaço de transformação, possibilitando a emancipação dos sujeitos por meio do conhecimento. No âmbito acadêmico, amplia as discussões iniciadas por Moura (2015) e Ciavatta (2014) acerca da formação politécnica, contribuindo para a construção de um ensino que integre conhecimentos técnicos e científicos de maneira crítica e contextualizada. Já na perspectiva institucional, o estudo oferece subsídios para a implementação do que Moll (2010) denomina “um projeto inclusivo e inovador”, orientado à educação de jovens e adultos, fortalecendo políticas educacionais voltadas à equidade e à democratização do ensino.

Do ponto de vista teórico, este artigo se fundamenta em três eixos principais, que organizam a fundamentação teórica: (1) a concepção de educação omnilateral e o papel da Rede Federal na promoção da inclusão social; (2) a articulação entre Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito do PROEJA; e (3) as teorias sobre processos seletivos inclusivos, com foco nas condições de acesso, permanência e equidade.

2 A REDE FEDERAL E SUA MISSÃO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E DA EDUCAÇÃO OMNILATERAL

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é fundamentada na integração entre a formação técnica e a formação humanística, alinhada aos princípios da educação *omnilateral* e da inclusão escolar, como proposto por Gramsci (2001). Na visão deste autor, a educação *omnilateral* se refere ao desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas dimensões — intelectual, moral e prática. Dessa maneira, a EPT não seria voltada apenas para a qualificação técnica, mas também para o desenvolvimento de cidadãos capazes de atuar de maneira consciente e transformadora na sociedade. Essa abordagem busca articular a formação técnica com a formação humana ampla, promovendo o equilíbrio entre o conhecimento prático e o conhecimento teórico.

Para início de contextualização, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), caracterizada como uma estrutura com mais de 115 anos de história, iniciada com as Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, por meio do Decreto n.º 7.566, durante o governo de Nilo Peçanha (IFBA, 2024), consolidou-se como um marco de acesso às inovações científicas e tecnológicas.

A partir dessa estrutura inicial, a RFEPT evoluiu ao longo dos anos, culminando na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que representam um novo paradigma institucional, resultante da fusão de instituições da EPT, como os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), escolas técnicas e escolas agrotécnicas federais. De acordo com a Lei nº 11.892/2008, esses institutos estabeleceram um novo padrão de excelência na formação profissional e tecnológica no Brasil (BRASIL, 2008a). A missão da RFEPT é oferecer educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, a RFEPT é composta por 38 Institutos Federais, 02 (dois) Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Essas instituições oferecem cursos técnicos, de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento (MEC, 2010). Os 38 IFs possuem atualmente 605 *campi*, dos quais 30 são *campi* avançados (PNP, 2024).

De acordo com Pacheco (2018), a missão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é promover uma educação integrada, articulando ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento socioeconômico regional e nacional. Nesse contexto, a Rede

Federal vem se consolidando como uma das mais robustas políticas públicas educacionais do país, sendo reconhecida por sua excelência acadêmica, qualidade na formação técnica e contribuição efetiva para a empregabilidade de seus egressos. Conforme destacado pelo Ministério da Educação (2023), os Institutos Federais se destacam nacional e internacionalmente como referência em educação profissional e tecnológica, ocupando posição de protagonismo no cenário educacional pela sua capacidade de inovação, inclusão social e desenvolvimento científico.

Conforme destacado por Pacheco (2011) e pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), os Institutos Federais têm como objetivo oferecer uma educação integrada, abrangendo tanto a educação básica quanto a profissional, e facilitando a inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Tal formação inclui a promoção de pesquisas aplicadas que impactam diretamente o desenvolvimento regional. A legislação também determina que esses Institutos devem oferecer educação profissional técnica nos níveis médio e superior, promovendo ações de extensão que articulem ensino e pesquisa com o mundo do trabalho (BRASIL, 2008). Segundo a lei de criação dos IFs, a distribuição da oferta educacional da Rede Federal deve ter 50% das vagas destinadas à educação profissional técnica de nível médio; 20% à formação de professores e 10% para cursos de educação de jovens e adultos (Proeja).

Desde sua criação, os Institutos Federais se consolidaram como uma política pública de significativo impacto social, oferecendo uma educação inclusiva e emancipatória. Oliveira e Delou (2022) destacam que essas instituições desempenham um papel essencial na superação de barreiras de classe que historicamente dificultaram o acesso à educação de qualidade no Brasil. Assim, a formação oferecida pelos Institutos Federais vai além da capacitação técnica, incorporando elementos que promovem a autonomia e o pensamento crítico dos indivíduos.

Pacheco (2015, p. 14) ressalta que a “Educação Profissional e Tecnológica (EPT) promove uma formação contextualizada, baseada em conhecimentos, princípios e valores que fortalecem a capacidade de ação dos indivíduos em busca de uma vida mais digna”. Os Institutos Federais, portanto, têm como um de seus principais objetivos eliminar as barreiras entre o ensino técnico e científico, integrando trabalho, ciência e cultura para promover a emancipação humana.

Mészáros (2008) argumenta que o trabalho é um princípio educativo fundamental, pois permite ao ser humano apropriar-se e transformar sua realidade. A profissionalização, nesse sentido, não se limita à preparação para o mercado de trabalho, mas também engloba valores éticos, políticos e históricos que caracterizam a prática humana. A formação nos Institutos Federais, dessa maneira, busca não apenas atender às demandas do mercado, mas também promover uma educação crítica e independente.

Já Frigotto, Ciavatta e Ramos (2021) afirmam que os Institutos Federais desempenham um papel crucial na promoção de uma educação *omnilateral*, que integra trabalho, ciência e cultura para a emancipação humana. Essa abordagem visa formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para enfrentar os desafios contemporâneos. Além de sua função na formação crítica dos indivíduos, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem como missão

promover a inclusão social, democratizando o acesso ao conhecimento e às oportunidades educacionais. Como destacam Frigotto (2015) e Ramos (2012), essa inclusão é fundamental para combater as desigualdades sociais, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

A abordagem *omnilateral*, conforme explica Frigotto (2012, p. 267), considera todas as dimensões do ser humano, incluindo o desenvolvimento material, intelectual, cultural, psicossocial e estético. Ramos (2014) complementa, relacionando os conceitos de formação integral, politécnica e *omnilateral*, destacando que esses enfoques buscam a formação completa do indivíduo, integrando conhecimento teórico e prático.

Moura (2015) e Ciavatta (2014) contribuem para essa discussão ao afirmarem que a formação politécnica é essencial para a formação integral dos indivíduos, pois abrange a educação intelectual, física e tecnológica. Para Manacorda (2007), a formação *omnilateral*, inspirada na concepção marxista, busca superar a divisão entre o trabalho manual e intelectual, promovendo a autonomia e a realização pessoal. Por fim, Souza (2017, p. 1) destaca que a educação inclusiva é fundamental para garantir que as necessidades de todos os alunos sejam atendidas, independentemente de suas condições individuais. Nesse sentido, Bentes et al. (2022) argumentam que a educação inclusiva deve ser vista como um movimento sociopolítico que valoriza as diferenças e contribui para a construção de uma sociedade mais justa.

3 PROEJA NA EPT: SEU SUJEITO E A INCLUSÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) compartilham objetivos semelhantes, com foco na inclusão social e na qualificação profissional de indivíduos que não concluíram sua educação formal em tempo regular. Para compreender plenamente o PROEJA, é necessário analisar a evolução e os princípios fundamentais da EJA e da EPT. Historicamente, a educação no Brasil sempre refletiu as disparidades sociais, culturais e econômicas que caracterizam a sociedade. A EJA, inicialmente marginalizada, começou a avançar nas décadas de 1950 e 1960, impulsionada pelas ideias de educação libertadora de Paulo Freire. Esse movimento, que buscava uma educação popular e inclusiva, teve seu desenvolvimento interrompido pelo golpe militar de 1964, com a criação de políticas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que priorizavam a alfabetização funcional, sem promover a conscientização crítica dos sujeitos (Haddad; Di Pierro, 2000).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) foi um marco importante para a EJA, reconhecendo-a como modalidade da educação básica e estabelecendo diretrizes específicas para sua implementação. A partir dessa legislação, a EJA passou a ser concebida não apenas como uma política educacional, mas também como uma política social, voltada para a inclusão de populações historicamente excluídas do sistema educacional.

Posteriormente, formalizado pelos Decretos nº 5.478/05 e nº 5.840/06, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA) visou integrar a educação básica, na modalidade EJA com a educação profissional técnica de nível médio, promovendo uma formação completa que abrange tanto o desenvolvimento acadêmico quanto a qualificação profissional. A criação dos Institutos Federais, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), representou a consolidação do PROEJA como modalidade de educação de jovens e adultos ofertada obrigatoriamente, pela Rede Federal, ampliando a oferta de cursos e implementando políticas de acompanhamento e apoio aos alunos.

O público da EJA, como descrito por Paiva (1983) e Arroyo (2017), enfrenta desafios socioeconômicos, culturais, raciais, de gênero, territoriais e institucionais significativos, sendo composto, muitas vezes, por trabalhadores, desempregados e moradores de áreas rurais e periféricas. Essas pessoas, que frequentemente abandonam a escola para sustentar suas famílias, encontram na EJA e no PROEJA uma nova oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

Para garantir o sucesso dessas iniciativas, é fundamental compreender as realidades vividas pelos alunos e adaptar as políticas educacionais às suas necessidades e expectativas. Como enfatizam Costa et al. (2007), uma abordagem que integre análises quantitativas e qualitativas é essencial para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

O PROEJA, portanto, tem como objetivo central fornecer oportunidades educacionais para jovens e adultos que, por diversas razões sociais e econômicas, foram privados do direito à escolarização na idade regular. Ao promover uma educação integrada, que articula o ensino básico e a formação profissional, o PROEJA contribui para a inclusão social e a valorização desses indivíduos, proporcionando-lhes uma nova chance de inserção no mercado de trabalho e de desenvolvimento pessoal.

Assim, a construção de um projeto inclusivo e inovador para jovens e adultos depende do reconhecimento das afinidades entre a EJA, a EPT e o PROEJA. Como destaca Moll (2010, p. 136), o principal desafio dos Institutos Federais é expandir a oferta de educação técnica de nível médio, incorporando o público da EJA sem comprometer a qualidade histórica de sua formação. Nesse sentido, o PROEJA deve continuar a buscar soluções para os desafios enfrentados e garantir que a inclusão educacional seja efetiva e abrangente.

3.1 O ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS

De acordo com a Lei nº 11.892/2008 e as diretrizes da Unesco (2012), tal processo tem por objetivo criar um ambiente de aprendizagem acessível e equitativo, promovendo a valorização da diversidade e a inclusão no ambiente educacional (Brasil, 2008a; Unesco, 2012). Assim, um processo seletivo educacional inclusivo visa garantir o acesso e a participação de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, necessidades educacionais específicas, gênero, raça ou origem social.

Para alcançar esse objetivo, todas as etapas do processo seletivo devem ser planejadas de forma a garantir a participação equitativa de todos os candidatos, eliminando barreiras físicas, sociais e comunicacionais. Isso inclui a oferta de estruturas acessíveis, como rampas, elevadores e banheiros adaptados, além de recursos tecnológicos, como intérpretes de Libras para candidatos com deficiência auditiva, entre outros mecanismos que busquem superar obstáculos. O foco é assegurar que todos os candidatos tenham as mesmas condições de acesso, removendo os obstáculos que possam impedir sua plena participação (Brasil, 2008).

Além da acessibilidade física, é fundamental que os critérios de seleção valorizem de forma equitativa as habilidades e o potencial dos candidatos, independentemente de sua origem social, gênero ou raça. A adoção de políticas afirmativas, como o sistema de cotas para estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência, constitui uma medida relevante para promover a representatividade desses grupos nas instituições de ensino e mitigar desigualdades históricas de acesso (Brasil, 2008). Tais ações não apenas garantem a igualdade de oportunidades, como também contribuem para a construção de um ambiente educacional mais diverso e inclusivo.

As discussões sobre exclusão educacional, abordadas por autores como Pierre Bourdieu (1970) e Paulo Freire (1968), ajudam a entender como a educação pode reproduzir ou enfrentar as desigualdades sociais. Bourdieu (1970) argumenta que as classes mais privilegiadas transmitem aos seus filhos capital cultural, concedendo-lhes vantagem nos processos seletivos e no percurso educacional. Em contrapartida, as classes socialmente desfavorecidas enfrentam barreiras estruturais que dificultam o acesso à educação, mantendo os mecanismos de reprodução das desigualdades.

Paulo Freire (1968) complementa essa visão ao destacar que a educação deve ser um processo de tomada de consciência crítica e emancipação social. Para Freire, a educação crítica é fundamental para que os indivíduos reconheçam sua condição social e possam agir para transformá-la por meio de ação consciente. Nessa perspectiva, a inclusão educacional não deve se restringir à limitação à garantia de acessibilidade física, mas deve contemplar também a construção de um ambiente no qual todos os estudantes, independentemente de suas origens, sintam-se valorizados e respeitados (Martins, 2005).

A adoção de políticas afirmativas, como as cotas, constitui uma ferramenta essencial para o enfrentamento das desigualdades e para promoção da inclusão educacional. No entanto, como destacam Bourdieu (1970) e Freire (1968), a exclusão ultrapassa a ausência de acesso físico, estando enraizada em estruturas sociais e econômicas que precisam ser enfrentadas por meio de políticas públicas eficazes. A inclusão educacional, portanto, deve ser pensada de maneira abrangente, contemplando todos os aspectos da vida escolar e acadêmica, desde o acesso até a permanência e o êxito dos estudantes.

O acesso ao PROEJA, no entanto, não se limita ao ingresso formal por meio de inscrições e matrículas, mas demanda formulação de estratégias institucionais que reconheçam as especificidades do público-alvo e removam barreiras de ordem social, econômica, cultural e institucional. Para Arroyo (2017), a trajetória educacional dos

sujeitos da EJA é historicamente marcada por interrupções e exclusões, o que exige políticas ativas de busca, acolhimento e permanência.

Nesse sentido, garantir o acesso efetivo à educação profissional integrada à educação básica implica considerar não apenas o número de vagas ofertadas, mas, sobretudo, a criação de condições que possibilitem a jovens e adultos trabalhadores possam ingressar, permanecer e concluir sua formação com êxito. A democratização do acesso está, portanto, fundamentalmente associada ao compromisso institucional com a permanência e com a qualidade do percurso formativo.

Assim, a abordagem do acesso, no âmbito do PROEJA, transcende a dimensão formal dos processos seletivos, constituindo-se em um eixo estruturante das políticas de inclusão educacional e de promoção da equidade social.

Em síntese, um processo seletivo inclusivo é fundamental para a promoção da justiça social, ao garantir o acesso equitativo à educação de qualidade para todos os indivíduos, especialmente aqueles em situação histórica de marginalização.

O desafio reside na criação de mecanismos que assegurem não apenas o ingresso, mas também a permanência e o êxito desses estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para isso, é indispensável o compromisso contínuo com a formulação de políticas inclusivas, a eliminação de barreiras e a valorização da diversidade.

3.2 O PROEJA NO CAMPUS JUIZ DE FORA

O Campus Juiz de Fora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) tem origem no Colégio Técnico Universitário (CTU), fundado em 2 de fevereiro de 1957, em um contexto de forte expansão industrial e urbana no Brasil. Vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o CTU foi criado com o objetivo de atender à crescente demanda por mão de obra qualificada, ofertando cursos técnicos como "Máquinas e Motores", "Eletrotécnica", "Pontes e Estradas" e "Edificações", inicialmente em parceria com a Escola de Engenharia da UFJF.

A consolidação da transformação do CTU em campus do IF Sudeste MG deu-se com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A partir dessa mudança institucional, o Campus Juiz de Fora ampliou significativamente sua atuação, ofertando ensino médio integrado, cursos técnicos e graduações como Engenharia Mecatrônica, Licenciatura em Física e Bacharelado em Sistemas de Informação, além de cursos de pós-graduação lato sensu, como Sustentabilidade na Construção Civil e Práticas Docentes em Ciências.

Com a implementação do PROEJA em 2009, o campus incorporou à sua missão institucional a promoção da educação básica integrada à formação profissional voltada a jovens e adultos que não concluíram seus estudos no tempo regular. Essa iniciativa reafirma o compromisso da instituição com a democratização

do acesso ao ensino público de qualidade e com a inclusão social de sujeitos historicamente excluídos dos espaços educacionais formais.

Atualmente, o campus ocupa uma área de 32.600 m² e conta com 17 prédios destinados a núcleos acadêmicos e setores administrativos. A ampliação do ensino a distância (EaD) permitiu a oferta de cursos técnicos e superiores em diversas áreas, como Administração, Enfermagem, Segurança do Trabalho e Transações Imobiliárias, respondendo às demandas do mercado regional e nacional.

A transição do CTU para o atual Campus Juiz de Fora representou não apenas uma alteração administrativa, mas uma ampliação estrutural e pedagógica, consolidando a instituição como polo regional de ensino, pesquisa, inovação e inclusão social na Zona da Mata Mineira.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), no Campus Juiz de Fora, enfrentou ao longo de sua trajetória diversos desafios relacionados ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes. Tais desafios refletem as contradições entre os objetivos do programa e as condições estruturais, institucionais e sociais enfrentadas pelos sujeitos atendidos.

O acesso à educação profissional de jovens e adultos implica a revisão de modelos tradicionais de seleção. Ao longo dos anos, os processos seletivos adotaram diversos critérios: inicialmente baseados em idade, tempo afastado da escola, experiência profissional e análise de carta de intenção. Em 2011, houve a transição para inscrições online, com isenção de taxa para candidatos do PROEJA. A partir de 2012, os critérios passaram a incluir reserva de 50% das vagas para cotas sociais e raciais, conforme a Lei nº 12.711/2012, e atendimento especializado a pessoas com deficiência. Em 2014, o processo seletivo passou a incluir palestra obrigatória e questionário socioprofissional como instrumentos de avaliação.

Com a pandemia de COVID-19, as seleções entre 2021 e 2022 passaram a ocorrer de forma exclusivamente online, com critério de seleção baseado em análise documental ou sorteio. A adesão dos candidatos foi comprometida, com queda significativa no número de matriculados, exigindo a publicação de editais de vagas remanescentes. Ainda em 2023 e 2024, mesmo após o encerramento oficial da pandemia, os processos mantiveram o formato remoto, sendo novamente necessário publicar editais complementares para suprir a baixa adesão. As medidas institucionais de flexibilização, como a inscrição por ordem de chegada e matrículas presenciais sem sorteio, mostraram-se mais eficazes, como observado no Edital 05/2024, que alcançou uma taxa de matrícula de 87,5%.

Ao longo de 15 anos de oferta, os dados quantitativos demonstram oscilações significativas na relação entre inscritos, classificados e matriculados. A relação candidato/vaga variou de 0,77 a 3,47. Em 2013, por exemplo, houve 89 inscritos para 30 vagas (2,97 por vaga), com taxa de matrícula de 85%. Em contrapartida, em 2023/1, houve 30 classificados, mas apenas 6 se matricularam (20%). Em 2024/1, após esforços de mobilização, 23 candidatos se matricularam, alcançando uma taxa de 76,7%.

A documentação exigida para matrícula foi uma barreira recorrente. Muitos candidatos não concluíram o processo por não apresentarem os documentos exigidos no prazo. O sistema classificava as matrículas como deferidas, pendentes ou indeferidas, e a ausência de entrega implicava exclusão do processo. A liberação para regularização documental dependia de autorização da Pró-Reitoria de Ensino. A partir de 2022, passou a ser exigido o termo de consentimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

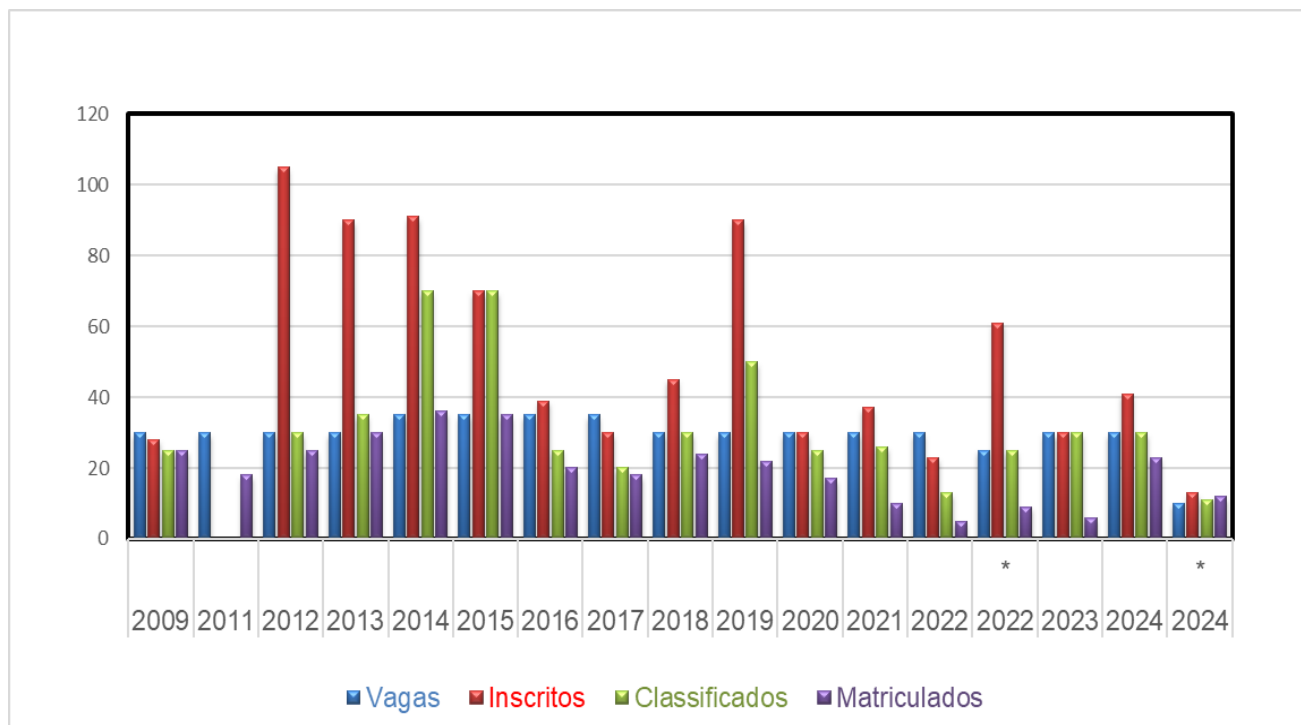
No que se refere à permanência, não apenas o ingresso, mas também a adesão ao curso revela dificuldades. As baixas taxas de matrícula em diversos anos sugerem a existência de entraves adicionais, como dificuldades com inscrição online, exigências documentais, e desconhecimento sobre o PROEJA. Tais fatores geram desmotivação e abandono do processo, especialmente para sujeitos em condições de vulnerabilidade social e digital.

As ações de divulgação institucional, embora presentes nos relatórios de gestão e nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), mantiveram-se genéricas, sem campanhas específicas voltadas ao público da EJA/EPT. A ausência de estratégias segmentadas compromete a eficiência da comunicação institucional e afeta diretamente o alcance e a inclusão do público-alvo do PROEJA. Estudo de Bezerra e Ribeiro (2009) aponta que seleções são tanto mais excludentes quanto menos adaptadas são as formas de comunicação utilizadas.

A persistente oscilação nos índices de matrícula ao longo dos anos indica a necessidade de reavaliação das práticas institucionais. A complexidade do processo seletivo, a documentação exigida e a falta de apoio durante as etapas de inscrição e matrícula são elementos que devem ser enfrentados com políticas educacionais mais responsivas, inclusivas e adequadas às especificidades dos sujeitos da EJA. Dessa forma, o PROEJA poderá consolidar-se como uma política pública efetiva de formação integral e inclusiva.

Considerando a análise histórica, documental e estatística realizada (Gráfico 1), constata-se que a trajetória do PROEJA no Campus Juiz de Fora reflete tanto os avanços institucionais em direção à inclusão social quanto os limites operacionais e estruturais que comprometem sua expansão. Os dados demonstram que, apesar das conquistas e do impacto positivo para os egressos, persistem desafios significativos no que se refere à adesão dos candidatos, à eficácia dos mecanismos de seleção e à capacidade institucional de promover o acesso efetivo.

Gráfico 1: Vagas, Inscritos, Classificados e Matriculados - PROEJA Campus Juiz de Fora (2009-2024)



Fonte: Elaborado pela autora¹

Dessa forma, reforça-se a necessidade de revisão das práticas de divulgação, inscrição e matrícula, bem como da criação de condições materiais e pedagógicas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito escolar dos sujeitos da EJA. A experiência do Campus Juiz de Fora reafirma o papel estratégico dos Institutos Federais na promoção de uma educação omnilateral, inclusiva e socialmente referenciada. Nesse sentido, é relevante destacar que outros estudos mais aprofundados sobre a permanência e a evasão poderiam considerar variáveis como faixa etária, gênero, raça e localidade (urbana ou rural), de modo a compreender como esses fatores influenciam o deslocamento, a adaptação e a conclusão, ou não, dos cursos pelos estudantes. Tal abordagem permitiria ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados por diferentes perfis de discentes e subsidiar políticas institucionais mais equitativas e eficazes. Conforme Arroyo (2017, p. 23), reconhecer os espaços vividos e os deslocamentos dos sujeitos da EJA é essencial para compreender seus percursos formativos, pois “a cidade é revelada por outras presenças; reconhecer a cidade, o campo ou os espaços vividos pelos próprios adolescentes, jovens e trabalhadores em deslocamento pode e deve ser um material riquíssimo para estudar [...] seus tensos percursos de humanização”.

¹ O asterisco (*) indica os anos em que foram publicados editais de vagas complementares, destinados ao preenchimento de vagas não ocupadas no edital principal.

4 O PRODUTO EDUCACIONAL: PODCAST EJA NA EPT

Como contribuição para a história e a prática no Proeja, foi desenvolvido um produto educacional em formato de podcast em áudio e vídeo, intitulado “EJA na EPT – Diálogos que Conectam Inclusão, Educação e Transformação Social”. Tal produto tem como objetivo disseminar reflexões e recomendações acerca dos processos seletivos de acesso e de permanência dos estudantes da modalidade PROEJA, com base nos dados e análises obtidas na pesquisa. A escolha do formato podcast justifica-se pela sua flexibilidade, acessibilidade e capacidade de alcançar diferentes públicos, em conformidade com as tendências contemporâneas de consumo de mídia, especialmente no Brasil, onde o podcast tem se consolidado como uma importante ferramenta de divulgação de conhecimento. De acordo com o relatório Data Reportal²(2023), o Brasil liderou o consumo de podcasts no mundo, com 42,9% dos usuários de internet, entre 16 e 64 anos, escutando podcasts semanalmente. Globalmente, as pessoas passam em média uma hora por dia ouvindo podcasts. Segundo projeções da eMarketer, estima-se que até 2024, 25% da população mundial estará aderindo a esse formato, consolidando-o como uma tendência crescente no consumo de mídia.

Conforme observado por Lima, Campos e Brito (2020), o podcast destaca-se no contexto educacional por suas características de flexibilidade, acessibilidade e multifuncionalidade, sendo uma ferramenta capaz de alcançar gestores, educadores e demais envolvidos na execução dos processos seletivos de forma prática e acessível. Além disso, Araújo (2022) enfatiza o caráter democrático dessa mídia, uma vez que permite a disseminação de ideias e informações de forma ampla e inclusiva, sem as limitações impostas pelos meios de comunicação tradicionais.

Nesse sentido, o podcast “EJA na EPT”, disponibilizado no Youtube, no portal Educapes e [spotify](#) foi estruturado em cinco episódios, cada um abordando uma temática central relacionada ao PROEJA, com foco nos aspectos de acesso e permanência dos estudantes (Leite, 2025). Os episódios foram planejados com a intenção de fornecer subsídios teóricos e práticos a gestores e educadores envolvidos em processos seletivos, além de proporcionar melhorias nos mecanismos de inclusão educacional. A organização dos episódios está representada na tabela 1.

² Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-consome-podcast-no-mundo> acesso em 12/09/2024

Tabela 1: Episódios do podcast

EPISÓDIO	MINUTOS	TÍTULO	PARTICIPANTE		INSTITUTO FEDERAL
1	32 min 8 s	Abertura	Silvania Aparecida Braga Leite	Mestre	IF Sudeste MG – <i>Campus</i> Juiz de Fora
			Prof. ^a Paula Reis de Miranda	Orientadora mediadora	IF Sudeste MG – <i>Campus</i> Rio Pomba
2	54 min 21 s	Experiências Exitosas: público, acesso, permanência e assistência no proeja	Prof. ^a Dra. Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro	Convidado entrevistado	IFG– <i>Campus</i> Goiás
			Prof. Dr. Adriano Reder de Carvalho	Convidado entrevistado	IF Sudeste MG – <i>Campus</i> Juiz de Fora
3	21 min 04 s	A Rede Federal e sua missão na promoção da inclusão e da educação omnilateral	Prof. ^a Dra. Ana Lúcia Sarmento Henrique	Convidado entrevistado	IFRN
			Prof. Dr. Dante Henrique Moura	Convidado entrevistado	IFRN
4	30 min 48 s	O PROEJA na EPT: Sujeito e Inclusão	Prof. ^a Dra. Vânia do Carmo Nobile	Convidado entrevistado	Secadi/MEC
5	1 h 05 min 21 s	A História do PROEJA no <i>Campus</i> Juiz de Fora	Prof. Dr. Paulo Rogério Araújo Guimarães	Convidado entrevistado	IF Sudeste MG – <i>Campus</i> Juiz de Fora
			Prof. ^a Roberta Calvano	Convidado entrevistado	IF Sudeste MG – <i>Campus</i> Juiz de Fora

Fonte: Elaborado pela autora

As gravações da série de episódios do podcast “EJA na EPT” foram realizadas no estúdio VoxLab Podcast, em 4 de fevereiro de 2025, das 14h às 17h, com o objetivo de assegurar a qualidade técnica do material e viabilizar sua ampla divulgação. Inicialmente, o conteúdo foi disponibilizado por meio do e-mail institucional para toda a comunidade do IF Sudeste MG para avaliação dos (docentes, servidores TAEs, estudantes do Curso Técnico em Secretariado, alunos de outros cursos, egressos e

demais interessados). Após avaliação e aprovação, os episódios foram publicados nas plataformas YouTube, por meio do portal EduCAPES, Instagram e Spotify, conforme Figura 1, visando promover o debate sobre EJA/EPT e divulgar experiências, reflexões e práticas voltadas à inclusão, à permanência e à formação omnilateral.

Figura 1: Capa dos episódios



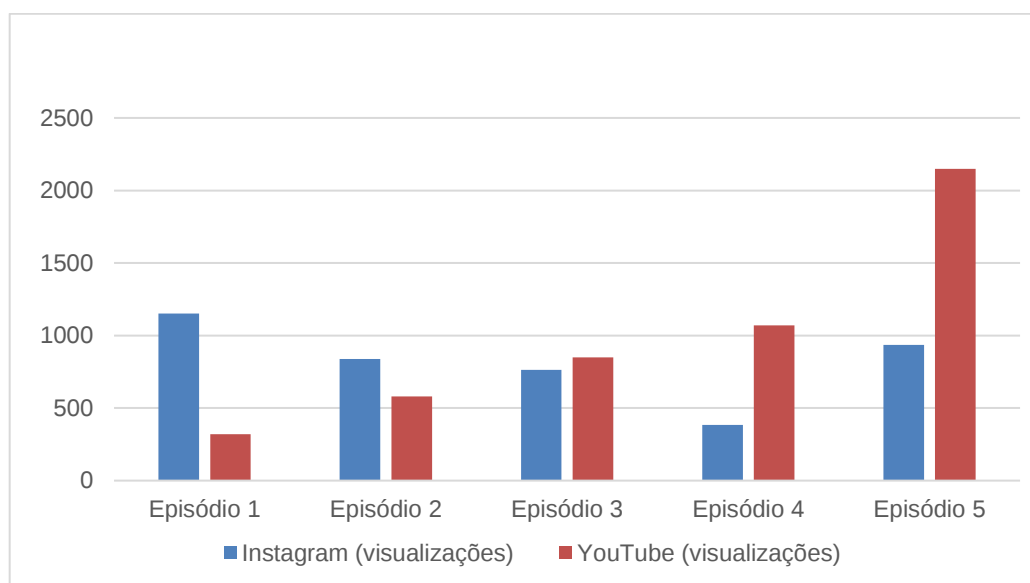
Fonte: Elaborado pela autora

Nos primeiros 63 dias após a publicação, os cinco episódios da série “PROEJA na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” apresentaram desempenho positivo em termos de engajamento e alcance orgânico, evidenciando a consolidação gradual do público interessado na temática. O tempo total de exibição acumulado demonstrou crescimento contínuo, refletindo adesão progressiva e interesse sustentado. Embora cada episódio apresentasse variações na duração média de visualização, o conjunto revelou nível consistente de retenção e aprovação integral (100%) nas interações registradas, indicando a relevância pedagógica e institucional do conteúdo. A média de exibição superior a cinco minutos por espectador, em um intervalo de pouco mais de dois meses, confirma que a série estabeleceu vínculo significativo com o público-alvo, fortalecendo a divulgação científica e educacional sobre o PROEJA na Rede Federal.

Com base nas visualizações das cinco postagens no Instagram, observou-se engajamento médio de aproximadamente 815 visualizações por publicação, totalizando 4.074 visualizações no período analisado. A publicação com maior alcance registrou 1.152 visualizações, enquanto a de menor impacto alcançou 383, evidenciando variação significativa de 769 visualizações entre os extremos, conforme

gráfico comparativo 2. Esses dados indicam que, embora haja consistência no alcance geral, algumas publicações apresentaram desempenho superior, sugerindo que fatores como conteúdo, horário de postagem ou formato podem influenciar diretamente o engajamento do público.

Gráfico 2: Comparativo de visualizações



Fonte: Elaborado pela autora

Estiveram presentes no estúdio os participantes vinculados ao IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora: Prof. Dr. Adriano Reder de Carvalho, Prof. Dr. Paulo Rogério Araújo Guimarães, Prof.^a Roberta Calvano, a pesquisadora e apresentadora Silvania Aparecida Braga Leite, e a orientadora e mediadora Prof.^a Dra. Paula Reis de Miranda (IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba), que acompanhou presencialmente toda a gravação. Os demais convidados, provenientes de outras instituições e localidades, participaram de forma remota. Foram eles: Prof.^a Dra. Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro (IFG – Campus Goiás), Prof.^a Dra. Ana Lúcia Sarmiento Henrique e Prof. Dr. Dante Henrique Moura (ambos do IFRN) e a Prof.^a Dra. Vânia do Carmo Nobile (Secadi/MEC). Esses convidados receberam um roteiro, orientações e com perguntas estruturadas e, por meio do envio prévio de vídeos e áudios gravados, responderam às questões em um intervalo de quinze dias de prazo. As respostas foram incorporadas pelas pesquisadoras e a equipe técnica do estúdio à edição dos episódios.

Esse podcast visa fomentar a reflexão sobre os processos de seleção e permanência dos estudantes do PROEJA no IF Sudeste MG, além de apresentar recomendações para aprimorar a acessibilidade e inclusão no contexto educacional. Especificamente, o produto educacional tem os seguintes objetivos: a) Contribuir para a capacitação de gestores e educadores sobre o público da EJA/EPT; b) Socializar experiências e práticas institucionais relacionadas à inclusão educacional no âmbito

da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (PROEJA), com base em dados e análises obtidos na pesquisa; c) Identificar e discutir possibilidades de aperfeiçoamento dos processos seletivos e de matrícula, à luz das especificidades socioeconômicas e culturais do público atendido pelo programa; d) Subsidiar gestores e educadores com informações que possam orientar o planejamento e a implementação de ações mais equitativas e inclusivas no contexto do PROEJA; e) Refletir sobre estratégias institucionais de permanência e acompanhamento pedagógico, considerando sua relevância na diminuição dos índices de evasão escolar.

Ao reunir especialistas e gestores, o podcast contribui para ampliar a discussão sobre práticas inclusivas no PROEJA, destacando a importância de uma abordagem educacional que vá além do simples acesso, garantindo a acessibilidade plena em todas as etapas do processo educacional.

O primeiro episódio destaca a formação profissional integrada como ferramenta essencial para a ascensão social e emancipação de trabalhadores historicamente excluídos do ensino regular. Esse episódio aborda a evolução do PROEJA, os desafios enfrentados pelos estudantes — como a falta de acessibilidade digital em processos seletivos — e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas. A pesquisadora, egressa do PROEJA e servidora do IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora, compartilha sua trajetória pessoal e profissional, ilustrando o impacto transformador da educação na vida de jovens e adultos. Pesquisas apontam a redução na oferta do programa em Institutos Federais do Sudeste, além de barreiras estruturais que dificultam o acesso e a permanência dos alunos, reforçando a urgência de estratégias institucionais que garantam equidade educacional.

Com mediação da Prof^a Dr^a Paula Reis de Miranda, o episódio debate ainda a importância do currículo integrado e da verticalização do ensino para ampliar oportunidades profissionais e acadêmicas. No entanto, a falta de assistência estudantil eficaz compromete a permanência dos alunos, exigindo políticas específicas, como divulgação ativa de cursos e programas de apoio. A experiência da pesquisadora como egressa e servidora pública evidencia o papel transformador do PROEJA, reforçando a necessidade de ações coletivas para assegurar a sustentabilidade do programa, adaptar processos seletivos e implementar medidas que garantam o direito à educação como via de transformação social e redução das desigualdades históricas no país.

O episódio dois contou com a participação da Prof.^a Dra. Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro e do Prof. Dr. Adriano Reder de Carvalho, coorientador da pesquisa, em um debate sobre educação inclusiva, acesso, permanência e assistência no PROEJA. Os especialistas destacaram os desafios históricos do programa, como a falta de preparo das instituições para atender às especificidades do público de jovens e adultos desde sua criação em 2006. O Prof. Adriano enfatizou a necessidade de um currículo integrado que dialogue com as demandas do mundo do trabalho, enquanto a Prof.^a Mad'Ana ressaltou a importância de um currículo atrativo e relevante para a realidade dos alunos, promovendo não apenas formação técnica, mas emancipação e cidadania. Ambos apontaram a busca ativa como estratégia essencial, desde que ampliada para além das escolas, incluindo espaços

comunitários, e criticaram a excessiva dependência de ferramentas digitais na divulgação, que muitas vezes não alcança o público-alvo.

O debate também abordou a invisibilidade do PROEJA na Rede Federal, com poucas instituições cumprindo a meta de 10% de vagas para EJA-EPT – destacando-se o IF Goiás como exceção. A falta de assistência estudantil específica foi apontada como um agravante da evasão, exigindo políticas como auxílio-moradia, transporte e alimentação, além de inclusão em editais de pesquisa e extensão. Os participantes defenderam a adaptação de processos seletivos à realidade dos estudantes-trabalhadores e a implementação de apoio psicológico e financeiro. O episódio reforçou o PROEJA como direito fundamental e instrumento de transformação social, capaz de reduzir desigualdades históricas, desde que garantidas políticas institucionais efetivas para acesso, permanência e êxito dos estudantes.

O terceiro episódio reuniu os especialistas Prof.^a Dra. Ana Lúcia Sarmento Henrique e Prof. Dr. Dante Henrique Moura para debater "A Rede Federal e sua missão na promoção da inclusão e da Educação Omnilateral". A Prof.^a Ana Lúcia destacou o respaldo legal da EJA-EPT, previsto na Lei de criação dos Institutos Federais e no Decreto nº 5.840/2006, que estabelece 10% das vagas para o PROEJA. Ela enfatizou as três funções essenciais da EJA-EPT (reparadora, equalizadora e qualificadora), defendendo um currículo integrado que evite fragmentações. As Diretrizes Indutoras da EJA-EPT, elaboradas em 2023 pelo Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE) e CONIF, foram apresentadas como marco para ampliar acesso, reduzir evasão e adaptar processos seletivos às realidades dos estudantes, com estratégias como reconhecimento de saberes prévios e parcerias comunitárias. A professora reforçou que a consolidação da modalidade exige políticas intersetoriais e divulgação em mídias acessíveis, alinhadas à formação humana integral.

O Prof. Dante Moura complementou a discussão vinculando o projeto dos Institutos Federais ao conceito freireano de "inédito viável", defendendo uma educação que supere a lógica mercadológica e promova emancipação social. Para isso, destacou três pilares: projeto pedagógico consistente, infraestrutura adequada e clareza do processo educacional por todos os atores. Porém, alertou que a transformação depende da consciência de classe dos trabalhadores da educação, essencial para construir uma práxis que combata desigualdades. O professor concluiu que o "inédito viável" é um campo de disputa, cujo avanço exige engajamento coletivo na formação de sujeitos críticos, reafirmando o papel dos IFs na redução das assimetrias socioeducacionais. O episódio reforçou, assim, o compromisso da Rede Federal com uma educação omnilateral, articulando bases legais, diretrizes institucionais e ação política para efetivar o direito à educação como via de transformação estrutural.

No quarto episódio, a Prof.^a Dra. Vânia do Carmo Nobile discutiu "O PROEJA na EPT: Sujeito e Inclusão", destacando que o programa integra educação profissional e EJA, com a modalidade integrada (e não apenas concomitante) sendo a mais eficaz para seus objetivos. A professora enfatizou que o PROEJA deve ser uma política permanente, financiado pela Rede Federal e pelo FUNDEB, mas enfrenta desafios devido à falta de vontade política, mesmo com a previsão de 10% das vagas nos Institutos Federais (Decreto nº 5.840/2006), meta ainda não alcançada por muitas instituições. Ela ressaltou que os IFs têm infraestrutura e corpo docente

qualificado para oferecer o programa, mas os estudantes — em sua maioria trabalhadores em situação de vulnerabilidade — exigem assistência estudantil (bolsas, transporte, alimentação) e metodologias flexíveis que valorizem seus saberes. A integração curricular real, com planejamento colaborativo entre professores da educação básica e profissional, é crucial para superar a fragmentação ainda presente nas estruturas pedagógicas.

A professora também abordou a necessidade de diversificar a oferta de cursos, evitando que o PROEJA se limite a áreas únicas, especialmente em cidades pequenas. Para isso, defendeu parcerias com redes municipais e estaduais, além da formação continuada de professores e da divulgação do decreto dentro das instituições, visando conscientizar a comunidade acadêmica sobre o direito à EJA. Por fim, destacou que a expansão do PROEJA depende de um compromisso coletivo (gestores, docentes e técnicos) para que a educação de jovens e adultos seja priorizada, garantindo não apenas acesso, mas permanência e conclusão com qualidade. O episódio reforçou que a inclusão efetiva exige ações pedagógicas, políticas e institucionais articuladas, transformando o PROEJA em uma via real de emancipação e equidade.

Por fim, o quinto e último episódio do Podcast EJA na EPT abordou "A História do PROEJA no Campus Juiz de Fora", com a participação do Prof. Dr. Paulo Rogério Araújo Guimarães (ex-diretor e ex-reitor do IF Sudeste MG) e da Prof.^a Roberta Calvano (vice-coordenadora do curso de Secretariado). O Prof. Paulo Rogério destacou os desafios institucionais enfrentados na implementação do programa, desde questões administrativas até a necessidade de compromisso político para consolidá-lo como política inst. Ele compartilhou estratégias adotadas pelo campus para superar obstáculos iniciais e reforçou a importância de ações coordenadas entre gestores para garantir a oferta qualificada da EJA/EPT. Já a Prof.^a Roberta discutiu o princípio da inclusão educacional no PROEJA, analisando como ele foi operacionalizado em 15 anos de oferta no campus. Ela destacou avanços, como a adaptação de metodologias para o público trabalhador, mas também apontou desafios persistentes, como a permanência e conclusão dos estudantes, propondo diretrizes para docentes e gestores ampliarem o acesso e cumprirem as metas condicionais para os IFs.

O episódio encerrou a série reforçando que a trajetória do PROEJA em Juiz de Fora reflete tanto conquistas — como a formação integrada e a valorização de saberes experienciais — quanto lacunas a serem superadas, especialmente em assistência estudantil e estrutura curricular flexível. Os participantes concordaram que o programa exige engajamento contínuo da comunidade acadêmica e priorização na agenda institucional, transformando-o de uma oferta marginalizada em um eixo estratégico para inclusão e equidade na Rede Federal. A experiência do campus serve como modelo para outras instituições, demonstrando que, com vontade política e planejamento, o PROEJA pode cumprir seu papel social na reparação de desigualdades educacionais históricas.

Em 27 de março de 2025, o produto educacional foi publicado na plataforma YouTube, tornando-se acessível ao público. Na mesma data, iniciou-se o processo de avaliação junto à comunidade acadêmica e institucional do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG). A ação contemplou a divulgação do

material entre docentes, técnicos administrativos em educação (TAEs), discentes do Curso Técnico em Secretariado e de outras ofertas formativas, bem como egressos e demais interessados. Para viabilizar a avaliação, foram disponibilizados os episódios do podcast acompanhados de um instrumento avaliativo estruturado no Google Forms.

O processo de avaliação do podcast resultou em dados que evidenciam elevados índices de aprovação quanto aos critérios propostos. Dos participantes, 95,5% afirmaram concordância total em relação à qualidade técnica do conteúdo; 90,9% avaliaram a linguagem como clara e acessível; 95,5% destacaram a organização temática como elemento facilitador da compreensão; 95,5% consideraram o material adequado para diferentes públicos; e o mesmo percentual indicou o podcast como uma ferramenta pertinente para a divulgação de reflexões críticas sobre o PROEJA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PROEJA configura-se como política pública estratégica para a democratização da educação e promoção da justiça social. No entanto, a análise desenvolvida neste estudo revelou desafios estruturais, institucionais e pedagógicos que ainda limitam seu pleno potencial.

O podcast "EJA na EPT - Diálogos que Conectam Inclusão, Educação e Transformação Social", reforçou o papel da mediação comunicacional como ferramenta de formação crítica, contribuindo para o fortalecimento da identidade do PROEJA como espaço de resistência e transformação social. A experiência revelou que, com planejamento e engajamento institucional, é possível consolidar práticas de inclusão que transcendam a matrícula, promovendo formação integral e emancipadora.

A partir deste estudo, tem-se como premissa que o PROEJA seja efetivamente reconhecido como uma política prioritária no interior dos Institutos Federais. Sua consolidação depende do compromisso de gestores, docentes e técnicos, da criação de condições objetivas que assegurem a permanência e o êxito dos estudantes, bem como da valorização dos saberes e das trajetórias dos sujeitos da EJA. Nesse sentido, abrem-se importantes perspectivas para futuras pesquisas, que poderão incluir grupos focais com ouvintes do podcast EJA na EPT e entrevistas com estudantes concluintes, de modo a compreender os fatores que contribuem para a permanência, a evasão e o êxito escolar. Ademais, análises baseadas em indicadores como faixa etária, gênero, raça e localidade poderão ampliar o entendimento sobre os desafios enfrentados por esses sujeitos e subsidiar políticas institucionais mais equitativas e eficazes voltadas ao acesso, à permanência e ao sucesso na Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. Relatório anual. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/relorealc.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2007.

ALMEIDA, Wellington Marcelo de; PAULA, Maria Aparecida Rodrigues de. Educação de jovens e adultos trabalhadores: questões para o debate. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Educação de jovens e adultos**: trabalho, ciência, cultura. Brasília: MEC/SETEC, 2005.

ARAÚJO, Isadora Gomes Oliveira; PAIVA, Francisco Alves de Andrade. A produção de podcasts como prática facilitadora dos letramentos literário e digital. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Educação de jovens e adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. São Paulo: Papirus, 2017.

BEZERRA, Nádia Maria; RIBEIRO, Alessandra Alves. Seleção para cursos técnicos e a exclusão de jovens e adultos trabalhadores. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 105–121, jan./jun. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2000. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o PROEJA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 1 ago. 2011.

BRASIL. **Documento Base do PROEJA**. Brasília: MEC/SETEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF: MEC, [2025]. Disponível em: <https://pnp.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2025.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Autêntica, 2012.

DATA REPORTAL. **Relatório de consumo de mídia digital no Brasil**. 2023. Disponível em: [link]. Acesso em: 15 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Uma década do Decreto nº 5.154/2004 e do PROEJA: balanço e perspectivas. **Holos**, Natal, v. 6, p. 56–70, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.4984.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOLL, Jaqueline. A EJA como política pública. In: DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Adriana (Org.). **Educação de jovens e adultos**: desafios e perspectivas. São Paulo: Ação Educativa, 2010.

MOURA, Dante Henrique. PROEJA: concepção e desafios. **Holos**, Natal, v. 5, p. 46–57, 2015.

PACHECO, Eliezer Moreira Magalhães. **PROEJA**: desafios e possibilidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. Formação integrada: uma pedagogia do trabalho. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Autêntica, 2012.

LEITE, Silvania Aparecida Braga. Desafios de um PROEJA sem exclusão: um estudo de caso do IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora. 2025. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba, 2025.

SOUZA, Karina Ribeiro; KERBAUY, Maria Tereza Motta. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21–44, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>. Acesso em: 5 jun. 2025.